



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

**BNCC (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR): APAGAMENTO TERRITORIAL A PARTIR
DE UMA POSSÍVEL EDUCAÇÃO NEOLIBERAL**

NADJANE MENDES DOS SANTOS LEMOS¹

RESUMO

O referido trabalho tem por objetivo problematizar acerca de uma Base Nacional de ensino no país, uma vez que a efetivação das bases permeia a direção de um ensino igualitário, porém os territórios desse país e os sujeitos viventes desses territórios não compõe uma homogeneidade. Dessa forma, serão apontadas análises feitas das três versões das BNCC (Base Nacional Comum Curricular) para então assim compreendermos como ela se apresenta nesse território, se a sua implementação busca uma educação neoliberal e se isso contribui para o processo de apagamento dos territórios. O trabalho está dividido em três partes, onde será iniciada uma reflexão de uma base comum de educação para todo o país, posteriormente será explanada a conceitualização dos territórios e a partir disso uma problematização em torno da hipótese de apagamento desses territórios através de uma educação neoliberal, ou não.

Palavras-chave: Educação; BNCC; Territórios.

ABSTRACT:

The aforementioned work aims to problematize a National Education Base in the country, since the implementation of the bases permeates the direction of egalitarian education, but the territories of that country and the subjects living in these territories do not form homogeneity. In this way, analyzes carried out on the three versions of the BNCC (National Common Curricular Base) will be highlighted so that we can understand how it presents itself in this territory, whether its implementation seeks a neoliberal education and whether this contributes to the process of erasure of territories. The work is divided into three parts, where a reflection will begin on a common basis of education for the entire country, later the conceptualization of territories will be explained and from this a problematization around

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

the hypothesis of erasure of these territories through neoliberal education, or not.

Keywords: Education; BNCC; Territories.

INTRODUÇÃO

Este trabalho surge através das reflexões postas por uma professora do Colégio Estadual de uma comunidade quilombola no interior da Bahia. Em uma das suas falas ela apontou que o conteúdo passado se apresentava como uma educação verticalizada, que não atendia às realidades da comunidade e que para grande parte daquela população, a educação acontecia para o subemprego, onde existia a necessidade de pessoas letradas capazes de executar as funções do mundo do mercado.

A partir dessas falas foi possível debruçar uma pesquisa sobre as funções da educação e sobre os parâmetros de ensino para diferentes comunidades e suas diferentes culturas. Em uma das pesquisas foi encontrado um material bastante reflexivo, o TCC do Professor de História, Carlos Eduardo Barzotto, que suas contribuições serão constantemente abordadas nesse estudo e suas análises irão permear o debate sobre uma base comum para todo país. O TCC tinha como tema “Constituindo um sujeito-histórico: identidades e narrativas (re)criadas nas três versões da Base Nacional Comum Curricular de História (2015, 2016, 2017)”, onde ele abordava sobre a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e suas alterações ao longo dos anos, 2015, 2016 e 2017. De acordo a leitura do autor, elas dialogavam com as bases ideológicas de cada governo, mandato de Dilma Rousseff, ano do seu impeachment e mandato Temer, respectivamente.

Dessa maneira, o trabalho propõe dialogar acerca da educação básica diante uma base comum de ensino com reflexões em torno desses resgates culturais e locais, partindo das alterações que foram feitas no ensino de História dessa educação e buscando uma problematização em torno da hipótese de que a educação posta na contemporaneidade se apresenta de cunho neoliberal e contribui para o apagamento dos territórios vividos e da sua ancestralidade, visto que esses territórios resistiram por meio das lutas para sobrevivência da memória e identidade da comunidade negra.

Importante justificar que esse território a qual será tratado no trabalho faz referência às comunidades quilombolas, compreendendo que seu papel é significativo para a preservação da história dos povos negros nesse país. Ainda faz necessário apontar que as reflexões sobre o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ensino de história nas BNCC's se permeiam pela locução entre os professores acima citados e pela necessidade de se compreender ainda mais a história dessa país, já que por muitas vezes nos foi contado uma única história.

A autora desse trabalho compreende a relevância também do ensino sobre a história europeia para a problematização dos seus reflexos no Brasil, mas considera que também seja necessária a abordagem sobre a história, cultura e identidade do povo brasileiro. Dessa maneira, serão considerados os avanços e retrocessos caso assim sejam identificados.

Para explanação será proposto primeiramente a base comum nacional e a educação neoliberal, onde será abordado sobre a importância do ensino de história atualmente. Para um segundo momento será apontado acerca da importância do território para a formação do indivíduo, que conterà conceitos sobre o território e a sua necessidade de estudo conforme a sua realidade. Por fim, será feitas considerações sobre a educação atual sendo ela neoliberal ou progressista e apontamentos abordando se ao final dessa pesquisa documental é possível compreender se essa educação contribui para o processo de apagamento desses territórios.

Antes de adentrarmos nas discussões propostas é preciso esclarecer que a escolha foi da aplicabilidade das ideias postas pelos autores sobre o ensino comum nacional e conceitos de educação, seja ela neoliberal ou não. As escolhas foram feitas para problematizar a temática, sendo ela realizada em um formato um tanto mais curto, porém essa discussão oferece espaço para uma problematização maior, por meio de um TCC, Dissertação ou até mesmo uma Tese, visto a extensão das versões das BNCC's e sua importância para o futuro do país.

1. BASE COMUM NACIONAL E EDUCAÇÃO NEOLIBERAL

Tendo como interesse em abordar sobre a Base Nacional Comum Curricular é preciso primeiro analisar o processo a qual ela se originou. A educação como direito de todos, dever do estado da família que deve ser promovida e incentivada pela sociedade, tomou esse viés a partir da Constituição de 1988, onde estava elencada a partir do Art. 205 (Do Brasil, 1988). Nela é possível ver uma esperança do povo brasileiro na conquista de um direito que pudesse dar condições de equidade no ensino e desenvolvimento do país.

Barzotto (2017), vai abordar a respeito dessa conjuntura que gerou as BNCC's, onde, nos anos 90 foi um momento de ápice para definição das políticas educacionais brasileiras, sofrendo em seu currículo intervenções, avaliações e formações de professores. É nesse momento também que é marcada a intensificação do neoliberalismo no país, gerando uma educação voltada para a competitividade econômica e nascendo os ideais que criariam a três versões da BNCC. Dessa maneira, Barzotto enfatiza que surgiram três grupos com posicionamentos em relação a criação das BNCC's: "1) os que se posicionaram contra a ideia de uma base comum; 2) os que são favores à ideia, mas contrários ao documento; 3) e o grupo que se posiciona a favor da proposta e ao documento" (2017, p.17).

No texto "As Duas faces da mesma moeda: Ultraneoliberalismo e Ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade" os autores Borges e Matos (2020) vão abordar sobre esse papel intensificador do Estado na articulação com a criação desses sujeitos por meio da educação. Eles apontam sobre essa fase mais "avançada" das racionalidades liberais e conservadoras que ganham espaço tendo o Estado fomentador de uma competição no mercado. Os autores enfatizam esse período histórico do governo ilegítimo de Jair Bolsonaro, que tem raízes no golpe sofrido pela presidente Dilma Rousseff (2016), coincidentemente período de início para alterações e homologações das Bases Nacionais Comuns Curricular.

Em comunhão com o que foi posto por Barzotto (2017), no ano de 2018 foi homologada a versão final da Base Nacional Comum Curricular, um documento normativo para definir habilidades e competências básicas que deve ser abordado ao longo da vida de todo aluno do ensino básico no Brasil. Ele traz que discussão do ensino que se concretizou na BNCC tendo como ponto inicial o *Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.* Esse seria a orientação para a fixação de essenciais conteúdos para aprendizagem em escolas de ensino fundamental. Dessa maneira, têm-se a unificação de conteúdos que vão reger a lei de Educação no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – 1966, porém essa unificação era orientativa, diferentemente da BNCC.

O autor aponta que esse documento possui duas bases de disputa: Educação Progressista X Educação para mercado de trabalho (educação neoliberal). A educação Progressista estaria relacionada a formação de um sujeito que seja reflexivo e capaz de estar na sociedade de modo a transformar o seu ambiente e ampliar a democracia. Já para a educação neoliberal seria a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

preparação da vida do aluno para o mercado de trabalho. Ele traz que é possível trabalhar os conteúdos da BNCC, 60% e os outros 40% podem ser trabalhados de outras formas, sendo elas definidas pelos Estado, município ou professor.

Os indicativos que essa educação neoliberal tem ganhado forma se originam na financeirização para a formulação desse documento, que deveria ser feito pelo governo, mas foi financiado por empresas privadas, como afirma o autor, fazendo com que a sua última atualização ocorra a diminuição radicalmente da presença dos povos indígenas e africanos na disciplina de história. Na primeira base do governo de Dilma tinha como objetivo combater as desigualdades e diferenças e isso implicaria discutir sobre gênero e sexualidade também. No documento de 2018 (ano de homologação) isso desapareceu, ficou apenas combater preconceitos e valorizar a diversidade. – Um retrocesso, já que o estado pode falar que não é obrigado a debater porque não está na lei (Barzotto, 2017).

Dessa maneira, é possível compreender que o ensino da verdadeira história do Brasil se faz necessário para se ter uma visão do futuro. É por meio desse conhecimento que será possível promover uma educação “mais justa”, por meio de reflexões, uma educação para formar cidadãos e não apenas trabalhadores. Dessa forma, a função da educação está em diálogo com as estratégias realizadas pelo Estado Burguês, ao se deparar com a necessidade de mão de obra disponível e qualificada para o mercado de trabalho.

Conforme as escritas de Mandel (1982) o Estado (Burguês) se apresenta como forma de proteção do capitalismo, perpetuando a mesma base ideológica da sua origem, que era a preservação da propriedade privada. Agora, o Estado serve como mediador social, como está posto as suas funções e sua influência nesse meio, desde que prevaleça a preservação da riqueza e produção do capital.

Portanto, a base de construção da sociedade contemporânea será o abarcamento de ideologias que não comprometam o desenvolvimento do exército de reserva do capital, como ataques a educação crítica e preconceitos para padronização de formato familiar. Montaño e Duriguetto (2013) vão abordar que o Estado ao passar por diferentes estágios do capitalismo, que são: Estado e ordem burguesa; Estado, regime e governo; Estado e “blocos de poder” e; Estado, democracia e luta social; serviram para formular e orientar a sociedade a serviço do capital.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Ao defender a educação que valorize os seus saberes ancestrais e a identidade daquele que formaram esse país, Hooks (2013, p. 273) apresenta:

[...] A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura mente e do coração e que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isto é a educação como prática de liberdade.

Hooks, reconhece a necessidade de oferta de educação que emancipa, ela acredita que essa educação também se apresenta nos espaços, nos territórios, e que com isso se tem uma educação que liberta. Sobre esse olhar para o território e qual conceito esse estudo se debruça, veremos na próxima seção.

2. O TERRITÓRIO COMO COMPLEMENTADOR DA EDUCAÇÃO CRÍTICA

Como abordado no início desse trabalho, as considerações sobre o conceito de território farão os seus direcionamentos para as comunidades quilombolas, visto o foco de desvendar se a educação posta na contemporaneidade contribui para o processo de apagamento desses territórios.

Dessa maneira, iniciaremos essa seção com os questionamentos: Uma Base Nacional Comum Curricular seria a resposta para as desigualdades enfrentadas na educação brasileira? Quais seriam os meios que permitiriam que a educação fosse igual para todos? É possível implementar uma base comum em um país tão diversificado?

Para Koga (2015) o território tem como significado a vivência de singularidades e dinâmicas próprias, que são acionados pelos diferentes atores sociais, extrapolando os limites da formalidade posta pelas políticas sociais. O território faz referência ao processo de conexão entre a multiplicidade desses sujeitos que vão rebater nas condições da vida desse cidadão. Então, a identificação com o território requer a ligação direta com esse território e o conhecimento da realidade que está sendo vivenciada ou que se vivenciou.

Conforme Abreu (2015, p. 46) o “território precisa ser apreendido a partir das determinações sociais em curso. Ele é clivado por mediações sociais, econômicas e políticas movimentadas no fluxo da história”. A discussão territorial perpassa por várias vertentes, onde,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

por muitas vezes é reduzida ao espaço geográfico, mas a sua contribuição traz um papel significativo para o embasamento político, na implementação de Políticas Públicas e Sociais.

Malcher (2009) vai abordar sobre a construção da identidade quilombola, tratando como o principal aspecto o território. A autora defende que a construção da identidade negra está ligada a esse movimento de resistência, os quilombos, e que a ausência dessa resistência será um fator comprometedor da herança cultural.

Quando discutimos identidade quilombola, território e identidade aparecem intimamente imbricados, a construção do território produz uma identidade e a identidade produz o território, este processo é produto de ações coletivas, recíprocas, de sujeitos sociais (2009, p. 3).

Entendemos território através da íntima relação entre os sujeitos (quilombolas) e a terra, ou seja, sua relação de pertencimento ao lugar (2009, p. 5).

A vinculação das comunidades ao território se caracteriza como fator fundamental, afinal, além de ser condição de sobrevivência física para os grupos, se constitui a terra como instrumento relevante à afirmação da identidade da comunidade, para a manutenção e continuidade de suas tradições. Importante ressaltar que a terra é pensada não como propriedade individual, mas como apropriação comum ao grupo (Malcher, 2009, p. 7-8).

A autora afirma que para população quilombola, o território é o instrumento mais importante da sua estrutura social, sendo ele a identidade étnica. Essa identidade se caracteriza pelas memórias e lutas dos seus antepassados, é sua primeira forma de construção social e estaria em face com as formas de dominação imposta por esse século. A identidade é posta em seu campo ético e ao mesmo tempo definida no campo das relações políticas e sociais. Esse território vai ganhar suas condições, simbólica e material, que conforme a autora, é esse que vai assegurar o pertencimento ao lugar e o desenvolvimento coletivo do mesmo. O lócus em análise é construído mutuamente, ele forma o sujeito e o sujeito forma ele. Como destacado pela autora:

A terra (território) torna-se um valor de vida, um espaço de relações vividas, fruto da memória e da experiência pessoal e compartilhada. Nesse contexto, o território para essas comunidades não se constitui apenas como uma extensão territorial. Ele é uma porção do espaço geográfico onde ocorre tanto a produção material, quanto a produção dos significados simbólicos e culturais da comunidade, em que as várias dimensões da vida do ser quilombola se entrelaçam (Malcher, 2009, p. 13).

O processo educativo pode andar conectado com o seu território, seja ele feito por meio do próprio currículo ligado às manifestações culturais do local. Ao tratarmos sobre educação se tem a noção de que é um ato entre o ensinar e aprender, um poema que escutamos no teatro, uma avó ensinando o neto a fazer um chá também é momento educativo. “A educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar-e-aprender”. (Brandão,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

2007, p. 26). As condutas educativas para os estudantes se manifestam também na educação não formal nos espaços de deliberações políticas, indicações religiosas e culturais

Gohn (2006) afirma que a educação não formal é necessária para o processo de aprendizado de cada indivíduo, que atrelado a ele é possível abrir “janelas” para uma ampla compreensão do mundo e dos meios sociais. Ela conceitua essa forma de educação, que não pode ser comparada com a educação formal, mas que deve ser considerada como forma complementar no processo educativo.

A educação não formal não é dada, ela é um fato, está concreto na sociedade. É a partir dessa conceituação que se baseia a importância de uma escola que dialogue com esse espaço, provocando, por parte dos estudantes, uma reflexão sobre a diversidade e riqueza cultural. É importante também compreender de que forma ela se manifesta e se esse território precisa ser ainda mais acessado e discutido já que ele é um elemento propulsor para reflexões.

O quilombo posto nesse estudo é a nomenclatura utilizada na contemporaneidade para definir as populações descendentes de ex-escravizados (a) que ocuparam uma determinada região na sua fuga e/ou libertação ou moradores de descendentes de ex-escravizados que permanecerem nos engenhos, assim como aponta a professora Ana Paula Cruz que é quilombola e professora doutora em História.

Ela vai contextualizar que a palavra quilombola sofre alterações ao longo do tempo, desde os períodos colonial, imperial e até os dias de hoje. Esse termo fazia referência a um ato repressivo, onde escravizados ocupavam propriedade para se aquilombar que na época era uma violação do direito à propriedade ou agrupamento de escravos fugidos, tendo o termo um tom depreciativo.

O termo quilombola hoje está intimamente ligado, de forma positiva, a terra como posto por Malcher (2009) acima, é nessa ligação que ocorrerá o sentido de território, sendo necessária essa ligação simbólica e material. Mesmo com adoção de novos conhecimentos, a educação das comunidades quilombolas deveriam receber características condizentes com a sua realidade, já que, sendo a escola um dos mais influentes na vida dos sujeitos, o não atrelamento dela com o território seria o ponto central para o apagamento desse território, o que reuniremos na próxima seção.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

3. EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS TERRITÓRIOS

Ao longo dos anos o processo educacional brasileiro sofre o que chamamos de mercadorização da educação, a autora Marta Arretche (2018) vai se debruçar sobre essa perspectiva a partir da exclusão dos sujeitos no processo de saúde e educação, onde mesmo com iniciativas para uma educação mais justa, sempre entrará em questão o confronto entre o público e privado. Sendo aqueles detentores da educação privada a formação para alcançar os melhores locais na sociedade e em contrapartida projetos de defasagem na educação pública que vão caminhando para o exército de reserva.

O perfil estrutural das comunidades quilombolas se apresentam como regiões afastadas do centro, zonas rurais, com baixa condições para renda, com a população de descendentes de escravizados negros. É necessário compreender o perfil ao qual está sendo tratado, para que a partir disso seja possível compreender a sua realidade e quais as vulnerabilidades que os abarcam, seja na saúde, na educação ou em qualquer das políticas públicas e sociais na sociedade ofertada. A autora Freitag (2005) vai abordar que:

As causas, critérios e funções da seletividade permitem uma visão bastante clara da estrutura e do funcionamento real do sistema educacional, permitindo assim um confronto com a estrutura e o funcionamento sugeridos por lei. As possíveis divergências permitirão uma avaliação mais exata da verdadeira intenção do legislador. O problema da seletividade pode ser examinado a partir de duas abordagens: a) a seletividade do sistema educacional do primeiro ano primário ao primeiro ano universitário, isto é, segundo uma dimensão vertical, considerando apenas o desenvolvimento numérico (as taxas de retenção) da pirâmide educacional; e b) a análise da seletividade à luz da origem de classe (sócio-econômica) dos alunos, matriculados nos diferentes níveis de ensino. A combinação desses dois enfoques possibilita alguma conclusão sobre o verdadeiro funcionamento do sistema escolar e sua repercussão sobre a sociedade global (2005, p. 105-106).

Além dos estágios apontados por Montaño e Duriguetto (2013) na primeira seção, têm-se as funções do Estado no segundo pós-guerra. Essas funções dialogam com o que foi apontado por Mandel (1982), tendo então um Estado intervencionista por meio de investimento na infraestrutura para produção e consumo, políticas públicas e “salários indiretos”, transformação da renda domiciliar livre para impulsionar o consumo em massa, exemplo disso saúde e educação gratuitas;

Esse consumo atinge também as comunidades remanescentes do quilombo. Ao compreenderem que a forma de desenvolvimento na sociedade capitalista se materializada na sociedade de consumo, faz-se então acreditar que a ausência de renda para consumir se materializada o não-desenvolvido. As manifestações culturais das comunidades remanescentes



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

do quilombo vão ser atingidas justamente pela efetivação desse capital, onde as atividades de sobrevivência, como a pesca, venda de mariscos, produção de farinha, produção de dendê, entre outros, não seja valorizada ao ponto de trazer esse retorno econômico. A manifestações culturais e as formas de perpetuação do saber popular e ancestral dessas comunidades perdem força no momento que não tem poder para competir com essa realidade, sendo a realidade oferecida pela escola uma mais viável para a livre inserção nesse meio.

As contribuições de Montaño e Duriguetto (2013) nos levam a compreensão de um território formado a partir das determinações da sociedade e do modo de produção capitalista vigente, está em compreender que esse território é cultural, mas também é político, que os sujeitos viventes (sobreviventes) desse lugar são sujeitos marcados, impostos, forçados pelo modo de vida segundo as “reorganizações” do capital, sobre as “intervenções” do benfeitor Estado, sobre os resultados da exploração da classe trabalhadora e da luta dessas classes pela resistência e para sobrevivência. Essa pesquisa se orienta a partir da noção de um território não neutro, um território com histórias, com culturas, com pessoas, em constante atividade, com constantes transformações, que resistem a opressão de sistema, mas que por muitas vezes se vê rendido a ele também.

“O sistema educacional, além de contribuir para reproduzir a estrutura de classes e as relações de trabalho, também reproduz essa ideologia da igualdade [...] Assim a classe subalterna se submete aos padrões da escola e assume sua culpa de sua falta de êxito [...]” (Freitag, 2005, p. 117). A autora ainda vai abordar que aos filhos da classe baixa encontram, por muitas vezes, a evasão escolar, isso para aqueles que conseguem acessar, já para os demais alcançam níveis muito baixos de ensino a modo que não lhes garante grandes oportunidades no mundo do trabalho. Ela ainda reitera que a escola brasileira reproduz a estrutura de classes, como também perpetua as relações de trabalho que geraram essa estrutura, ou seja, existe o trabalho manual e o trabalho intelectual que foi separada pela divisão social do trabalho. Tendo assim, a escola como difusora dessa ideologia do mundo de classes, sendo traduzida através do modelo de democrático visto a sua fundamentação na teoria funcional-estruturalista.

Ainda em consonância com as ideias postas por Bazotto (2017), é possível compreender que a perspectiva tecnicista e individual, encontrada no neoliberalismo, de forma sutil, se aproxima das BNCC's como um deslize linguístico, mas essas mudanças se apresentam também como despropositais já que eram debatidas e lidas por um grande grupo de pessoas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Comparando as duas versões, creio ser importante elencar que, na primeira versão, a educação era vista como uma forma de valorizar os direitos humanos, de modo a educar para eles. Já na segunda versão, a lógica é invertida: a educação passa agora a ser vista como um direito humano – e esse termo, “direitos humanos”, começa a tornar-se acessório, pois não se fala mais em promovê-los¹⁶. Mesmo nos trechos referentes às pautas progressistas, essa noção persiste.

Assim, há um deslocamento de sentido causado por esse movimento de palavras. Ao utilizar a argumentação de que a educação é um direito humano e universal - e ainda assumindo algumas pautas dos setores progressistas ligados à educação - a noção de educação para direitos humanos se enfraquece, fortalecendo as perspectivas neoliberais, que irão valorizar – em especial – o individualismo, como consta na terceira versão da BNCC (Bazotto, 2017, p. 21).

Ou seja, o sistema educacional não mais se organiza especialmente em torno da construção da coletividade e do uso dos saberes à serviço da comunidade, mas sim em torno das escolhas individuais e, especialmente, voltadas para o mercado de trabalho (Bazotto, 2017, p. 22).

Dessa maneira, as alterações ou orientações se apresentam como uma educação de viés mais tecnicista que busca sim a instrução dessa sociedade, desde que essa sociedade perpetue as suas ações e suas classes sociais. Mesmo que a orientação para uma educação fosse progressista, a unificação e sua implementação de forma verticalizada se apresentam como uma educação neoliberal.

CONCLUSÃO

Desse modo, têm-se que no sistema educacional brasileiro existem indícios para uma educação neoliberal e que abordagem feita por meio de normas, regimentos em que a unificação pressupõe uma homogeneidade do seu público responde por si só os seus direcionamentos. Assim como citado na primeira seção, o currículo de educação básica brasileira ainda possui uma abertura de 40% para estudar estrategicamente maneiras de inserir os territórios e as realidades vividas pela diversidade desse país no ensino, além dos 60% de normas e conteúdos que devem ser seguidos conforme a exigência. Diante da realidade vivenciada pelos professores para o cumprimento dessas normas, ainda é possível a inserção das realidades desses territórios? Enfim, respostas como essa podem ser articuladas por meio da prática docente frente a esclarecimento das intencionalidades aqui postas.

A hipótese de um apagamento dos territórios a partir de uma educação neoliberal posta na contemporaneidade se efetiva, não só pelas evidências posta pelos autores da educação, mas também frente a análise de autores voltados para a temática dos territórios, visto que a existência



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

desses territórios se sustenta na historicidade e educação não formal desses sujeitos dos quilombos viventes.

O trabalho tinha como intuito problematizar a respeito dessa relação: território, educação e resistência. Ele é direcionado para a comunidade acadêmica, professores, gestores, para a educação fundamental e a sociedade como todos. Ainda como ponto de conclusão e posto na introdução, esse trabalho abre dimensão para outras análises e investigações mais extensas, visto a sua importância para a área.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Helena Elpidio *et al.* Território, política social e serviço social no contexto do social-liberalismo. **Universidade do Oeste do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro**, 2015.

ARRETCHE, Marta. Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, p. e339613, 2018.

BARZOTTO, Carlos Eduardo. Constituindo um sujeito-histórico: identidades e narrativas (re) criadas nas três versões da Base Nacional Comum Curricular de História (2015, 2016, 2017). 2017.

BORGES, Maria Elizabeth S.; MATOS, Maurílio Castro. As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. **Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações**, p. 71-87, 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CRUZ, Ana Paula. **“Eu nasci e me criei aqui”**: o processo de reconhecimento do território quilombola do Vale do Iguape. Geledés, 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/eu-nasci-e-me-criei-aqui-o-processo-de-reconhecimento-do-territorio-quilombola-do-vale-do-iguape/>. Acesso em: 16 de ago. 2024.

DO BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. **Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico**, 1988.

FREITAG, Barbara. Escola, estado e sociedade. In: **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Centauro, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. In: **Proceedings of the 1. I Congresso Internacional de Pedagogia Social**. 2006.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KOGA, Dirce. Territórios de vivência em um país continental. **Serviço Social e Saúde**, v. 14, n. 1, p. 9-26, 2015.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MALCHER, Maria Albenize Farias. Identidade quilombola e território. **Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação**. Belém, v. 21, p. 399-421, 2009.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. **São Paulo: Abril Cultural**, 1982.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. Cortez Editora, 2013.